

LÉXICO E GRAMÁTICA NO *DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA* (1813) DE ANTÓNIO DE MORAIS SILVA

Clotilde de Almeida Azevedo MURAKAWA¹

- RESUMO: António de Moraes Silva publicou em 1789 a 1ª edição de seu *Diccionario da Lingua Portuguesa* e em 1813, a sua 2ª edição, ambas em Lisboa. Partindo da relação entre gramática e dicionário, obras que se completam no ensino e aprendizagem de uma língua, estudamos neste trabalho a projeção gramatical do autor na elaboração dos verbetes da 2ª edição do Dicionário, numa tentativa de demonstrar que Moraes, influenciado pelas idéias reformistas do Século das Luzes em Portugal, inovou em termos lexicográficos e gramaticais, registrando essas inovações e também algumas críticas às gramáticas de seu tempo, no interior dos verbetes de sua obra lexicográfica.
- PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; léxico; gramática; palavra-entrada; unidade lexical; pensamento lingüístico.

Contexto histórico-cultural

O século XVIII, conhecido como Século das Luzes ou período do Iluminismo, representou em Portugal um momento de renovação nas várias instituições político-culturais do país. Para Coelho (1979, v.2, p.455) o Iluminismo pode ser definido como

[...] um esforço de renovação cultural, de natureza sobretudo política, realizado no curso do séc. XVIII, que tinha em vista, por uma actualização de conceitos, de normas e de técnicas, uma maior eficiência na ordem social, e se subordinava à concepção nova do progresso humano. A designação provinha, como é óbvio, do significado de *iluminação* como *esclarecimento*, e com isto se prende a designação daquele século como das *luzes*.

Contraposto ao século anterior de estagnação principalmente cultural, o setecentismo português foi inovador e reformista. Inúmeras causas levaram

¹ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Endereço eletrônico: murakawa.jau@netsite.com.br

Portugal a um isolamento dos demais países da Europa, principalmente da Inglaterra e França: 1) a ausência de uma corte protetora voltada para a cultura em geral, como tinha sido a de D. Manuel e de D. João III; 2) o Colégio das Artes nas mãos dos religiosos da Companhia de Jesus controlando a maior parte das publicações; 3) o ensino sob direção dos jesuítas; 4) a Inquisição e as mesas censórias tolhendo a liberdade de expressão e pensamento (MURAKAWA, 2006). Foi preciso chegar o reinado de D. João V (1689-750) para que

[...] esses sintomas premonitórios da necessidade dum novo tipo de cultura, que lá fora adquirira já direitos de cidade, se transformem numa declarada oposição à cultura jesuítica ainda dominante entre nós. Verney, Teodoro de Almeida, Francisco Freire de Carvalho, Lopes Praça e outros são unânimes em considerar o reinado de D. João V como a época da introdução da cultura moderna em Portugal (MACEDO, 1934, v.6, p.423).

Nomes ilustres se destacaram durante o reinado de D. João V e entre eles D. Luís da Cunha, D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira e fundador das Conferências Discretas e Eruditas, Alexandre de Gusmão e, em especial, D. Raphael Bluteau, autor do *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728), obra fundamental para o início de uma Lexicografia moderna em Portugal.

É ainda no reinado de D. João V e de seus sucessores que a cultura portuguesa é contemplada com a fundação de instituições culturais basilares, como a Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720 por D. João V, e a Academia Real das Ciências, em 1779, durante o reinado de D. Maria I.

No tocante ao ensino, as propostas reformistas de Luis António Verney, expostas em seu Verdadeiro Método de Estudar de 1746, provocaram mudanças significativas. Cidade (1934) reúne no excerto abaixo as críticas e o pensamento de Verney com relação à vida política e cultural do país naquele tempo:

à Escolástica, o pedagoga impugna a célebre gramática alvarística, pesada máquina de centenas de regras, em arvesados versos latinos; repreende o desprezo do ensino de história, da cronologia e da geografia, como das línguas grega e hebraica, indispensáveis à interpretação das Letras Sagradas, que quere directa, e não através de emplastro dos comentaristas; critica o ensino da lógica, da filosofia, da metafísica, e da ética, do direito, da teologia, mais empenhado na exibição das subtilezas do que atento à objectividade do real, que cumpre observar e experimentar, ou à possibilidade do texto que é preciso estudar com todos os subsídios da filologia e da história; profliga o método especulativo aplicado à medicina, que reduz toda a anatomia aos estudos que se faziam em cadáveres... de carneiros. (CIDADE, 1934, v.6, p.472)

Após a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal e a publicação do Alvará de 28/06/1759 e da Carta Régia de 06/11/1772 no reinado de D. José I, foram criadas em Portugal 1758 cadeiras autônomas de Latim, Grego, Retórica e Filosofia, no ensino oficial, já fora do controle dos religiosos. Em 1761, é criado o Colégio dos Nobres por indicação de M. Pina e Proença e Verney, e principalmente de Ribeiro Sanches sendo essa “[...] a primeira criação pedagógica pombalina que põe em prática recomendações como a primazia no estudo do Português sobre o Latim, a necessidade de línguas vivas, das ciências algébricas e experimentais, exercícios físicos, noções práticas” (SARAIVA; LOPES, 1979, p.604).

A revolução cultural por que passava Portugal foi acompanhada pelos ideais da Revolução Francesa representados por Diderot, Voltaire, Mirabeau, Montesquieu, autores com obras proibidas pela Inquisição de circularem, mas que corriam, às escondidas, de mão em mão entre os jovens intelectuais e universitários portugueses.

Antônio de Moraes Silva e o Século das Luzes

Foi no contexto histórico-cultural anteriormente delineado que vamos situar Antônio de Moraes Silva (1755-1824), brasileiro, natural do Rio de Janeiro e estudante de Direito da Universidade de Coimbra. Fazia parte o lexicógrafo brasileiro de um grupo de jovens estudantes que, como todo jovem, cheio de ideais de mudanças, algumas delas vindas da França, não era bem visto pelo Tribunal do Santo Ofício de Coimbra.

Denunciado pelo colega Francisco Cândido Chaves por práticas consideradas heréticas aos olhos do Tribunal, Moraes foi processado por duas vezes: a primeira em 1779 (Processo nº 8044) e a segunda em 1806 (Processo nº 14321). Antes de ser chamado a depor, apresentou-se ao Tribunal, em 1779, para fazer uma confissão voluntária e gozar do direito de “apresentado”, conforme estabeleciam os regimentos inquisitoriais. Antônio Baião, sobre a apresentação de Moraes, diz o seguinte:

Coimbra era meio pequeno e o segredo da Inquisição estava bem longe de ser guardado à risca, motivo porque o futuro gramático e dicionarista se apressou a ir assim de encontro às acusações que lhe faziam. (BAIÃO, 1924, v.2, p.115)

Mesmo tendo confessado, o Santo Ofício não julgou sinceras suas palavras e decretou sua prisão. Tal ato levou o dicionarista à fuga para a Inglaterra, onde recebeu a proteção de Luis Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, Tendaes e Ferreiros e representante de Portugal na Inglaterra.

O agradecimento de Morais ao Visconde de Balsemão aparece no “Prologo ao Leitor” na edição de 1789 de seu Dicionario, reproduzido na edição de 1813, onde considera seu protetor “Varão benemerito da Humanidade, e da Patria” e a quem deveu os ensinamentos adquiridos, consultando a vasta e copiosa livraria de Balsemão.

Retornando a Lisboa em 1785, depois de passar pela Itália e França, apresentou-se Morais ao Tribunal para fazer sua confissão de culpa dando mostras de verdadeiro arrependimento. O Santo Ofício condenou-o, em 23 de dezembro do mesmo ano, a fazer a abjuração *in forma Ecclesiae*, com confiscação de seus bens para o fisco e câmara real.

Permaneceu Morais em Portugal até 1794, quando, depois de se casar com Narcisa Pereira da Silva, resolveu retornar ao Brasil, mais precisamente, para Muribeca, em Pernambuco, onde adquiriu um engenho de cana-de-açúcar e passou a se dedicar a esse tipo de atividade agrícola.

Novamente processado pela Inquisição em 1806, esse segundo processo não logrou efeito e foi arquivado definitivamente. Morais morreu anos mais tarde, em 1824, em Muribeca.

Foi, provavelmente, em Londres que Morais organizou a estrutura de seu *Diccionario da Lingua Portugueza* publicado em 1789 pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira, em Lisboa. Desta 1ª edição Morais não se considerou autor, dando a Raphael Bluteau o mérito da composição e a ele, Morais, o mérito de reformador. Na verdade, desde a 1ª edição já podemos encontrar as inovações lexicográficas que iriam se consagrar na edição de 1813, publicada também em Lisboa na Typographia Lacerdina. Nesta edição o autor diz: “Diccionario da Lingua Portugueza, recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado, por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro” (SILVA, 1813, v.1).

A edição de 1789, vendida aos editores Borel, Borel e Companhia, foi considerada uma obra quase perfeita para a época:

[...] com a publicação do novo Diccionario da Lingua Portugueza, que pretendemos dar á luz; o qual por ser extrahido de quantos até agora tem apparecido, e concertado por sugeito, em quem concorrião as partes de bom entendimento, discrição, zelo, e constancia precisas para tão difficil, e trabalhosa empreza, tem sido reputado no juizo das pessoas mais entendidas, senão absolutamente perfeito, ao menos o melhor de quantos ha, e todavia bastante para encher o importantissimo fim a que se dirige. (SILVA, 1789, v.1, p.iv)

Foram os mesmos editores que em 1813 levaram a público a 2ª edição do Dicionario que apresenta, além da dedicatória ao Príncipe Regente D. João VI,

o Prologo da Primeira Impressão, o Ao leitor Benevolo, a Tabua dos Livros Portuguezes com que se autorisa o uso das palavras e o Epitome da Grammatica Portugueza, compêndio gramatical publicado anteriormente em 1806 por Simão Thaddeo Ferreira. Ao final do Epítome, Morais diz: “Acabou-se este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco em 13 de julho de 1802” (SILVA, 1813, v.1, p.xlviii).

O acréscimo do Epitome à 2ª edição nos permite pensar que o lexicógrafo buscou apresentar suas reflexões sobre a gramática da língua portuguesa aliada ao seu Dicionario com a finalidade de estabelecer uma relação entre léxico e gramática.

No Epítome, o consulente encontra as regras gerais da língua; e nos verbetes do dicionário, as observações que Morais faz, contrariando, algumas vezes, as regras gramaticais vigentes. Ressalte-se que tais observações não estão registradas na edição de 1789, e isto corrobora o pensamento de que o lexicógrafo brasileiro buscou apresentar ao público português uma obra inovadora, com fundamentação lexicográfica e gramatical própria e de acordo com o pensamento iluminista que circulava em seu tempo. Não é por acaso que Morais coloca como epígrafe ao Epitome o trecho seguinte de Condillac (1715-1780):

Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours. Condillac, Gramm. p. 2. chap. 21 note⁽¹⁾ p.205. édit. de 1780. à Geneve. (SILVA, 1813, v.1, p.i)

O conteúdo da citação reflete o pensamento lingüístico que ia se estabelecendo: tornar a língua portuguesa o centro dos estudos, deslocando para outro plano a língua latina. Era esta a proposta de Verney que Coelho sintetiza no trecho seguinte:

[...] a necessidade de tornar centro de estudos lingüísticos, em vez do Latim, a própria língua materna; ao lado das línguas clássicas já consideradas, de algumas modernas (para o caso, e conforme as necessidades do tempo, o Francês e o Italiano); a substituição da Retórica de ornato, sem finalidade persuasiva, por certos princípios mínimos conducentes ao discurso em perspectivas de razão; a inclusão, no quadro das necessidades da cultura geral, dos estudos históricos e geográficos [...] (COELHO, 1979, v.4, p.1139)

Constituído de um Prologo dirigido ao Leitor Benevolo e de uma Introdução, o Epitome está dividido em dois Livros: Livro I Das Palavras por si sós ou partes das Sentenças, com 9 capítulos, dedicados cada um a uma classe gramatical; e

o Livro II Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe, com 4 capítulos, onde o Capítulo I trata da Syntaxe de Concordancia e da Syntaxe da Regencia; o Capítulo II Da Syntaxe, ou Composição Figurada; o Capítulo III Das Composições viciosas; e o Capítulo IV Dos Sinais Ortograficos, e da Pontuação. Fecham o conjunto dos livros as tábuas da conjugação verbal. As 48 páginas do Epitome, com um número representativo de notas de pé de página, apresentam a gramática da língua portuguesa pensada e refletida por Morais e registrada, quando necessário, no interior dos verbetes de seu Dicionario.

Do Epitome (SILVA, 1813, v.1, p.iii), extraímos cinco pontos importantes que mostram a concepção de Morais sobre a gramática do português:

1. A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras.
2. A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.
3. A grammatica particular de qualquer lingua, v.g. da Portugueza, applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, seguindo os usos, adoptados pelos que melhor falam.
4. Trata pois a Grammatica das Sentenças, (isto é, ensina a fazer proposições, ou sentidos perfeitos) e das diversas partes, de que ellas se compõem.
5. As sentenças constão de *Palavras*: as palavras de *Sillabas*; as Sillabas de *Sons elementares*, e suas *modificações*, e estes representam se aos olhos com Letras.

Esses cinco pontos do pensamento do lexicógrafo nos permitem estabelecer uma relação com o pensamento lingüístico moderno: 1) a existência de universais lingüísticos; 2) a noção de uso lingüístico e de norma culta; 3) o princípio da articulação da linguagem; 4) o princípio da variação fonética; 5) a diferença entre som e letra.

Léxico e gramática no Dicionario

Rey-Debove (1984), em seu artigo “Léxico e Dicionário”, publicado na Revista *Alfa*, em tradução de Clóvis Barleta de Morais, afirma que a aprendizagem de uma língua se dá de duas maneiras: uma natural, baseada em tentativas de comunicação por meio de conhecimento memorizado, como é o aprendizado da criança em seu ambiente familiar, e outra, artificial e metalingüística, baseada em consulta a dois tipos de obras descritivas: a gramática e o dicionário. Essas duas maneiras de aprendizagem não são excludentes, pelo contrário, se complementam; a aprendizagem natural é aperfeiçoada ao longo do tempo através da gramática e do dicionário; e a artificial “é na maioria das vezes

sustentada por verificações duma experiência prática de comunicação” (REY-DEBOVE, 1984, p.45).

A partir da afirmação da lingüista francesa dando ênfase à relação estreita entre gramática e dicionário na aprendizagem de uma língua, analisamos o Dicionario de Morais em sua edição de 1813, na tentativa de comprovar que o lexicógrafo brasileiro tinha plena consciência dessa relação estreita e buscou registrar nos verbetes de seu dicionário, de maneira explícita e algumas vezes crítica, a gramática da língua portuguesa adotada em seu tempo.

Muito embora tenha utilizado o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728) de Bluteau como fonte de referência para a elaboração de seu dicionário, apresentou inovações lexicográficas que tornaram sua obra modelo para a produção dicionarística nos séculos seguintes.

A primeira das inovações foi registrar, logo após a palavra-entrada, a classe gramatical a que pertence a unidade lexical. Esta, por sua vez, aparece grafada em maiúscula e com o acento diacrítico indicando a sílaba tônica; o sinal (`) indicando se a vogal é fechada e o agudo (´) ou forte para as abertas; chamou de mudas as pretônicas e postônicas. Este tipo de informação não aparece em Bluteau, que apenas registrou o gênero da unidade latina equivalente à palavra-entrada.

No Epitome da Grammatica Portugueza, Morais descreve de um modo geral os sons vocálicos e consonantais; mas é no interior do verbete que chama a atenção do leitor para determinadas particularidades com relação à pronúncia de certas unidades. Assim, no verbo AFOGÁR, informa no final do verbete: “N.B. *afogar* tem o mudo: except. Indicat. eu *afógo*, _ *ógas*, _ *óga*; *afógão*: subj. eu, elle *afógue*, tu *afógues*, elles *afóguem*” (SILVA, 1813, v.2, p.58). O mesmo tipo de informação está registrado entre parênteses em PARA, preposição: “(os *aa* mudos)” (SILVA, 1813, v.2, p.393). Neste caso, o que leva os *aa* serem mudos é a atonicidade da preposição em sua colocação frasal, como exemplifica Morais “*Vai para a França*”.

Com relação à pronúncia, Morais deu especial atenção às unidades lexicais cuja grafia etimológica poderia induzir o consulente a erro de leitura. Em BRACHIOLOGIA adverte entre parênteses “(*ch* como *k*)” (SILVA, 1813, v.1, p.296); ou ainda em INHÁBIL ou INHABILENTÁR, chama a atenção para que o *nh* não soe. Em INHÁBIL registra: “(o *n* não fere o *h*)” (SILVA, 1813, v.2, p.161); e em INHABILENTAR, “(Soa *inabilentar*)” (SILVA, 1813, v.2, p.161).

No Prologo da 1ª edição, de 1789, reproduzido na edição de 1813, se declara Morais contrário à ortografia em uso, sendo adepto da Ortografia Filosófica: “fundada na análise dos sons proprios ou vogaes, e na de suas modificações, pede que a cada hum se dê um só sinal, ou letra privativa, distinta, e que não represente nenhum outro som, ou consoante” (SILVA, 1789, v.1, p.ix).

Quanto ao grupo *qu-* ora pronunciado *cue*, ora *ke*, como grafa o autor, Morais em QUESTUÁRIO indica “(o *que* como *cue*)” (SILVA, 1813, v.2, p.541); já em QUEXIQUÉR, para o mesmo grupo indica “N.B. O *que* soa *ki*, ou *qi* sem o *u*” (SILVA, 1813, v.2, p.541).

Morais, no Epitome (SILVA, 1813, v.1, p.iv), afirma em nota de rodapé que o alfabeto português, assim como tantos outros, é em parte redundante e em parte “falto de letras, e talvez tem, e usa caracteres equívocos, exprimindo as mesmas letras sons diferentes; e talvez diferentes letras representão o mesmo som” (SILVA, 1813, v.1, p.iv). Selecionamos esta passagem para justificar as observações que Morais faz no interior de verbetes como em: TEXTO “(soa *tèisto*)” (SILVA, 1813, v.2, p.773); ou em CONTEXTO “(*Contèisto* sòa)” (SILVA, 1813, v.1, p.547). No caso de “mesma letra” com sons diferentes, Morais registra no primeiro verbete que inicia a letra X:

X, s.m. A vigesima segunda letra do Alfabeto Portuguez soa como o *ch* de *chapeo*: talvez soa como *is*; v.g. *exemplo*, como *eisemplo*, *extemporaneo*, como se fora escrito com *eis*, *sexto* como *seisto*, o que nunca succede quando o *x* fere a vogal seguinte; v. g. *péxa*. Talvez soa no estilo solenne como *es*; v. g. *connéxo*, *séxo*, *néxo*, *connéxão*, etc, que soão *conecso*, *secso*, *necso*, *connecsão*, etc. (SILVA, 1813, v.2, p.868)

Já à sua época o lexicógrafo brasileiro chamou a atenção para: a inutilidade do *h* no início de algumas palavras onde não existe a aspiração; a ausência de caracteres simples para *lh* e *nh*; a confusão de grafia para *g* e *j*; a redundância de *c* antes de *a* e *o* com som de *qe* e *ke* o mesmo com *c* seguido de *e* e *i* redundante com *c* e *s* (MURAKAWA, 2006).

Sobre a inutilidade do grafema *h* no início de palavras, Morais faz críticas a Duarte Nunes de Leão que grafou o adjetivo numeral *HUM* com *h*: “[...] não sei porque os Etymologistas se obstinão a escrever este adj. com *h* já que nem o pede a Etymologia, nem a pronuncia, que não é aspirada” (SILVA, 1813, v.2, p.122).

Não contrariando a ortografia vigente, Morais manteve as duplicadas como em *ABBÁDE*, *ACCEDÈR*, *AFFEICOÁR*, *AGGREGÁDO*, etc.; ou ainda a grafia etimológica de *ARCHIVÍSTA*, *CHRISMA*, *ATHÈO*, *GEOGRAPHÍA*, *STELLIONÀTO*, etc. Mas em alguns casos registrou a grafia que lhe pareceu mais correta, remetendo, entretanto, a unidade lexical para outro verbete com a grafia usual de seu tempo. A entrada *FARMÁCIA* (SILVA, 1813, v.2, p.12) remete para *PHARMÁCIA* (SILVA, 1813, v.2, p.446), onde novamente volta a grafar com *f*. O mesmo registro ocorre em *PERÍPHRASE*; no texto do verbete informa: “Hoje escrevemos *perífrase* evitando o *ph*” (SILVA, 1813, v.2, p.434).

Defendendo uma posição diversa da estabelecida em seu tempo, grafou com *y* a unidade PRÁYA por considerar que o *i* ocupa a posição de consoante. Assim dá como entrada PRÁIA, mas no final do verbete registra “(Praya, melhor ortogr.)” (SILVA, 1813, v.2, p.482). E tem o mesmo procedimento para todas as unidades onde a está na descendência da sílaba.

Ainda com relação ao *y* grego afirma que ele deve ser usado entre vogais em hiato como em *-eo-*, *-ea-*, em CORRÊO “(ou antes *correyo*)” (SILVA, 1813, v.1, p.477); CORRÊA “(ou antes *correya*)” (SILVA, 1813, v.1, p.474); IDEA “(melhor *ideya*)” (SILVA, 1813, v.2, p.126).

Muitas das posições gramaticais propostas por Morais estão no Epitome em notas de rodapé; no caso do *y* grego diz ele:

O Y usão muito por *i* nas palavras derivadas da lingua Grega, v.g., *hydra*, *synodo*: mas é superfluidade. O uso que d'elle se deve fazer, é como de consoante entre vogáes, que tem semelhante som, v.g. *praya*, *idé-ya*, *vè-ya*, *vè-yo*, *corrè-yo*, *vi-ya*, *bri-yo*, eu *ri-yo*, o *ri-yo* corre [...] (SILVA, 1813, v.1, p.iv)

Um registro interessante que confirma o pensamento e a reflexão constantes do autor sobre os fatos da língua é o registro de entradas grafadas de modo diferente indicando variação fonética: BORBOLÈTA/BARBOLÈTA; CEBOLÈTA/SABOLÈTA; CHOVISÇAR/CHOVISNÁR; MÍNGOA/MÈNGOA; ÒVO/OUVO; TRÀNÇA/TRÈNÇA (MURAKAWA, 2006, p.171).

Ainda com relação às formas variantes, Morais, ao assinalar a irregularidade de alguns verbos como MEDÍR, PEDÍR que mudam *d* em *ç* nas variações que acabam em *a* e *o*, *meço/meça* e *peço/peça*, registra em entradas separadas as variantes MÍDA, MÍDAS, MIDAMOS, MIDÁIS, MÍDÃO, como sendo “variações irregulares subjuntivas do verbo *Medir*” (SILVA, 1813, v.2, p.298). O mesmo tipo de registro se encontra no verbo PEDÍR, onde aparece a entrada PIDA, PIDE e PIDO (SILVA, 1813, v.2, p.450). O registro de tais formas foi feito com abonações de autores clássicos da língua portuguesa. No verbete EXPEDÍR, verbo derivado de PEDÍR, Morais acrescenta a seguinte nota: “Os Livros Clássicos fazem nos Subjuntivos *pida*, *impida*; *expida*. *Alv. 13. Set. 1725*. Hoje dizem *peça*, *expeça*, e *impeça* (SILVA, 1813, v.1, p.799). É de Camões o exemplo seguinte: “*não midas o passado*” (SILVA, 1813, v.2, p.298). Algumas dessas formas conjugadas ainda são empregadas em registros populares como *pida*, *pidas*, *pidamos*, onde o paradigma do verbo é construído a partir do infinitivo.

A diferença entre uma forma culta e outra popular é evidenciada pelo lexicógrafo na conjugação do verbo PROVÈR onde se confunde a conjugação:

Erradamente diz o vulgo *próve* por *provê*; *pròva* por *proveja*; *pròvo* por *provêjo*, confundindo o uso dos classicos, e confundindo as variações do verbo *provar* com as do verbo *provêr*, que se conjuga á imitação de *Ver*, sua raiz. (SILVA, 1813, v.2, p.522)

Partindo de um critério essencialmente gramatical, sistematicamente registrou em entradas separadas unidades lexicais homônimas. Substantivos como BÂNCO, CRÁVO, LÍMA, MÂNGA, NÓRA, homógrafos e homófonos se encontram na mesma entrada, muito embora do ponto de vista histórico tenham étimos e significados diversos. Entretanto, se têm étimos diferentes e pertencem a classes gramaticais diferentes, estão em entradas separadas como em: ADUÁR (s.m.) e ADUÁR (v.at.); CHÒCO (adj.) e CHÒCO (s.m.); GENTÍL (s.m.) e GENTIL (adj.); MAMÃO (s.m.) e MAMÃO (adj.); NÁDO (s.m.) e NÁDO (adj.); TENÁZ (s.m.) e TENÁZ (adj.).

Os critérios adotados por Morais para a inserção de homônimos em entradas separadas são bastante precisos. Se a classe gramatical é o primeiro critério para a separação, também outros são levados em consideração como a homografia e a homofonia, separando unidades que são homógrafas mas não são homófonas, como em: ENXÈRGA (s.f.) e ENXÉRGA (s.f.); LÒBO (s.m.) e LÓBO (s.m.); PRÉGAR (v.at.) e PRÈGAR (v.at.). É exatamente a heterofonia que faz a separação e nos permite entender o significado de cada uma delas. O verbo PRÈGAR “Segurar com prego” (SILVA, 1813, v.2, p.490) e PRÉGAR “Annunciar Doutrina Religiosa, inculcar, [...]” (SILVA, 1813, v.2, p.490).

O fato inverso também foi levado em consideração: PÈNA (s.f.) e PÈNNA (s.f.) estão em entradas separadas; entra aqui a heterografia. A primeira unidade é definida como “Mal fisico, ou moral, que se faz soffrer a quem commeteo delicto, crime, peccado” (SILVA, 1813, v.2, p.424); e a segunda, definida como “Pluma, a materia que reveste exteriormente as aves” (SILVA, 1813, v.2, p.428). Ambas de étimos latinos diversos *poena* e *pena*.

Finalmente, os homônimos com homofonia e homografia mas pertencentes a classes gramaticais diferentes são os mais encontrados no Dicionario. Em vários casos, observamos que uma unidade lexical guarda semelhança de significado com a outra, como em: CÍNTO (s.m.) e CÍNTO (p. pass de cingir); FEITÍÇO (s.m.) e FEITÍÇO (adj.); HERVÁDO (s.m.) e HERVÁDO (part. pass.); HOSPITÁL (s.m.) e HOSPITÁL (adj.).

Muito embora na Lexicografia contemporânea o critério gramatical não seja considerado o melhor para a separação de homônimos, pois entre eles não há modificação semântica, foi o adotado e seguido por Morais já que sua fonte de referência o *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau (1712-1728) não faz qualquer tipo de separação. Bluteau relaciona todos os valores semânticos de

uma unidade sem se importar com a classe gramatical, a etimologia, ou ainda a homofonia ou a homografia da palavra-entrada (MURAKAWA, 2006).

Considerações finais

O repertório lexical reunido por António de Morais Silva em seu Dicionario, edição de 1813, foi extraído de um *corpus* de referência constituído de obras de 203 autores portugueses dos séculos XIV ao XVIII (MURAKAWA, 2006). Como bem diz o lexicógrafo “Os Autores, com que autorizei os artigos addidos, são Portuguezes castiços, e de bom Seculo pela maior parte: [...]” (Silva, 1813, v.1, p.x).

Num confronto entre as duas edições do Dicionario, pode-se observar, na 2ª edição, o quanto Morais inovou em termos de acréscimo à nomenclatura. A 1ª edição, em dois volumes, contém 1290 páginas, sendo 749 no volume 1 e 541 no volume 2. A 2ª edição, publicada 24 anos mais tarde, contém 1678 páginas também distribuídas em dois volumes, onde 806 estão no volume 1 e 872 no volume 2, não incluídas as páginas destinadas à introdução e ao Epitome. A 2ª edição em muito foi ampliada, não só em sua nomenclatura mas também em informação lexicográfica, como novos valores polissêmicos acrescentados às unidades e informação gramatical contida nos verbetes, orientando o leitor para as irregularidades da língua portuguesa (MURAKAWA, 2006).

O acréscimo do Epitome da Grammatica Portugueza (1813), em que as regras gerais da língua estão estabelecidas, permitiu ao autor, quando necessário, colocar notas, observações, correções e críticas a certos empregos gramaticais prescritos. A Duarte Nunes de Leão (1530?-1608) criticou o uso do *h* no numeral HUM, justificando no interior do verbete a sua posição UM. Além de considerar o *h* desnecessário, assinalou a improcedência de tal emprego já que o numeral latino *unus -a -um* não possui *h*.

A Jerônimo Contador de Argote (1676-1749) que considerou o verbo HAVER, no sentido de *existir*, concordando no singular com nomes sujeitos do plural, Morais argumenta que HAVER, neste caso, é ativo e está numa frase elíptica com sentido de *possuir*, *ter*. Assevera Morais “[...] *Ha homens*, é frase elliptica, i. e., o mundo tem, contem homens: *ha dias*, o tempo ha decorrido dias: *nesta terra ha boas frutas*, a especie das frutas tem nas boas nesta terra [...]” (SILVA, 1813, v.2, p.112). Essas críticas não estão na 1ª edição do Dicionario e isto comprova o que vimos dizendo: léxico e gramática se completam na obra de Morais e comprovam a reflexão e o pensamento do autor sobre os fatos da língua, contrariando, muitas vezes, normas já estabelecidas.

O nome Morais é hoje sinônimo de dicionário e autoriza 7 edições posteriores às três primeiras que foram da lavra do brasileiro: 1789, 1813 e 1823.

É de Aquilino Ribeiro (1885-1963) o texto abaixo que extraímos da 10ª edição do Morais, publicada em 12 volumes, organizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, com o título *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1949, p.31) e que coloca a obra dicionarística de Morais no lugar que merece na História da Lexicografia Portuguesa:

Foi à praça um dia destes em leilão o Dicionário da Língua Portuguesa composto por D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Morais Silva, ed. de 1789. Era o antepassado do vero e grandioso Morais. Em boa carneira, in 4º, tinha o seu quê de pedra de ara e de Código Justiniano, num incunábulo do Renascimento. Com efeito, estão ali as Ordenações da língua. Graças a Morais, o idioma português conheceu ao mesmo tempo a sua lei e o seu tombo. Desde então para cá, tudo que se fez é acessório.

MURAKAWA, C. A. A. Lexikon and grammar in *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813), by António de Morais Silva. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.55-67, 2006.

- **ABSTRACT:** *In 1789, Antonio de Morais Silva published the first edition of his Diccionario da Lingua Portuguesa and, in 1813, he published the second edition, both in Lisbon. Taking into account the relation between grammar and dictionary as works which complement each other in the teaching and learning of a language, we studied the projection of the author's grammatical thought in the elaboration of the entries to the second edition of his Diccionario in an attempt to demonstrate that Morais, influenced by the reformist ideas of the Century of the Lights in Portugal, innovated in lexicographical and grammatical terms and registered them with criticisms to the grammars of his time, within the entries of his lexicographical work.*
- **KEYWORDS:** *Lexicography; lexicon; grammar; entry; lexical item; linguistic thought.*

Referências bibliográficas

BAIÃO, A. *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CIDADE, H. Literatura: reacção contra o seiscentismo. In: HISTÓRIA de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1934. v.6, p.468-492.

COELHO, J. do P. *Dicionário de literatura*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1979.

MACEDO, F. N. de. A renovação das ideas e das instituições de cultura. In: HISTÓRIA de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1934. v.6, p.421-448.

MURAKAWA, C. de A. A. *António de Moraes Silva: lexicógrafo da língua portuguesa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2006.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Tradução de Clóvis Barleta de Moraes. *Alfa*, São Paulo, v.5, p.45-69, 1984.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1979.

SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. _____. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

_____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1949-1959.

Bibliografia consultada

CIDADE, H. Literatura: o seiscentismo. In: HISTÓRIA de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1934. v.6, p.449-467.

GONÇALVES, M. F. *As idéias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734 - 1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

MONTEIRO, J. de S. O dicionarista Antonio de Moraes Silva e a Inquisição. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. Boletim da Segunda Classe: actas, comunicações, pareceres: 1898-1902. Lisboa, 1903. v.1, p.236-241.

